

## AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: BASES DE UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA E EMANCIPADA PARA O SEU DESENVOLVIMENTO EM IES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marco Antonio Nicotari<sup>1</sup>; Mario Nishikawa<sup>2</sup>

**Grupo 1.5.** *Docência na educação a distância: Desafios, estratégias e dificuldades*

### RESUMO:

*O presente artigo tem o objetivo apresentar o resultado de um estudo a respeito de avaliação institucional (AI), onde a Instituição de Ensino Superior (IES) particular que possui o sistema de Educação a Distância (EaD) possa constituir a sua autoavaliação oficial prevista na Lei Federal 10.861 de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, considerando os seus valores culturais que criam maior sinergia com os propósitos institucionais. A metodologia de pesquisa fundamentou-se num levantamento teórico sobre as características de instituições que possuem EaD e, também, sobre AI. Ao final, na terceira parte da pesquisa, uma proposta de bases que contribuem para uma AI conforme a realidade da IES. A contribuição social da presente pesquisa sugere alguns procedimentos que embasam a formatação da AI, envolvendo o contexto administrativo e pedagógico da instituição, tornando o processo participativo, emancipado e democrático.*  
**Palavras-chave:** autoavaliação, IES, EaD.

### ABSTRACT:

#### INSTITUTIONAL SELF-ASSESSMENT: FOUNDATIONS OF A PARTICIPATORY METHODOLOGY AND EMANCIPATED FOR YOUR DEVELOPMENT IN DISTANCE EDUCATION IES

*This article aims to present the results of a study on institutional assessment (IA), where the Higher Education Institution (HEI) that has the particular system of Distance Education (DE) can be your self-assessment provided in the official Federal Law 10 861 of 14 April 2004 of the National Assessment of Higher Education - SINAES considering their cultural values that create greater synergy with institutional purposes. The research methodology was based on a theoretical survey on the characteristics of institutions that have distance learning and also about AI. Finally, the third part of the research, a proposal of bases that contribute to AI as the reality of IES. The social contribution of this research suggests some procedures that support the formatting of AI, involving administrative and pedagogical context of the institution, making the process participatory and democratic emancipated.*  
**Keywords:** self-assessment, IES, DE.

<sup>1</sup>Professor do Centro Universitário UniSEB Interativo de Ribeirão Preto (SP). E-mail: marconicotari@gmail.com.br

<sup>2</sup>Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Orientador do Centro Universitário UniSEB Interativo de Ribeirão Preto (SP). E-mail: nishimar@uol.com.br

## 1. Introdução

O tema de pesquisa apresentado nesse artigo se refere à importância e às funções das avaliações institucionais (AI) internas do ensino superior. Destaca como as instituições de ensino podem se beneficiar desse instrumento legal e obrigatório, sobretudo quando o instrumento de autoavaliação é desenvolvido com a participação de diferentes sujeitos nas mais variadas formas de vínculo com a instituição de ensino superior (IES) em ensino a distância (EaD), fundamentando-a na emancipação e na democracia.

Como destaca Lima (2010b, p. 346), a avaliação leva a instituição a refletir ou, até mesmo, à crise interna, em ondas de conflitos, pois, pode ser reveladora sob o ponto de vista de confirmar hipóteses comprometedoras que a própria instituição intuía. Este instrumento, a princípio contraditório, faz parte do elenco do conjunto de mudanças desejadas. O desconforto gerado pelo resultado negativo, levando o corpo pedagógico e administrativo da IES ao incômodo e ao mesmo tempo reflexivo, também pode ser oposto, quer dizer, positivo, atestando a qualidade de trabalho dos mesmos representantes. A autora complementa que “são essas inquietações, tensões e conflitos que possibilitam o repensar das práticas”.

Em Sordi (2002, p. 68), uma observação relevante de AI: “a avaliação bem intencionada e madura não pode se furtar a ser ela própria objeto de avaliação”. Este posicionamento reforça a postura de que uma vez uma AI elaborada não deve ser eternamente utilizada. Deve, ao contrário, ser sempre revista em sua estrutura e conteúdo e atualizada conforme evolui a sociedade, a tecnologia empregada em contexto de aula, a infraestrutura da instituição de ensino etc. Continua a autora destacando que os modelos de avaliação, tanto externos quanto internos, devem ser tratados como sistemas abertos, susceptíveis à melhoria e aperfeiçoamento, serem desconstruídos e reconstruídos de forma adequada às mudanças mencionadas, aptos às críticas, desocultando “os reais interesses que se encobertam por trás das classificações oficiais”. Isto porque avaliar significa vontade de conhecer, desmascarar, e não um ato de imposição.

O passo inicial deste estudo partiu do pressuposto de que a autoavaliação institucional criada unilateralmente nas instituições de ensino superior de educação a distância através dos agentes de suas CPAs pode gerar prováveis vieses, tendenciosidades e até desinteresse dos alunos ao respondê-la; este fato também é constatado pelo autor em face à sua vivência e experiência docente em IES. Ao desenvolver uma análise prévia junto aos vários sujeitos e áreas envolvidas direta e indiretamente nos processos pedagógicos, como alunos, tutores, professores, coordenadores de curso e coordenadores pedagógicos, assim como algumas áreas administrativas, de modo a elaborar o instrumento de avaliação institucional oficial mais próximo das expectativas dos sujeitos participantes dos processos da IES de educação à distância, pode-se ter ganho de qualidade nos processos pedagógicos internos e de integração com os acadêmicos.

Os parâmetros dessa pesquisa seguem o seguinte questionamento: obedecendo aos parâmetros legais de avaliação institucional, é possível obter acurácia nos resultados da autoavaliação quando se elabora este instrumento de pesquisa oficial a partir da

opinião e envolvimento de vários sujeitos participantes do processo de gestão de uma IES de EaD?

A fim de obter maior afinamento no processo de tomada de decisões internas visando ampliar a qualidade na relação aluno-instituição-aluno, os objetivos são: **Geral** – elaborar um conjunto de critérios prévios que servirão de parâmetros para o delineamento do instrumento de pesquisa para a autoavaliação oficial da instituição de ensino. **Específicos** - **(a)** propor uma metodologia que parametrizará a inicialização da AI oficial da IES a partir de variados sujeitos envolvidos em diversos processos administrativos, e outros da área pedagógica da instituição; **(b)** caracterização dos grupos focais e respectivas motivações.

A metodologia consiste numa pesquisa documental das leis citadas e pesquisa bibliográfica sobre a AI, destacando a importância, a função e os objetivos que este instrumento traz para a IES com EaD. Os sujeitos farão parte de grupos focais que comporão duas categorias: pedagógico e administrativo. Numa outra instância de pesquisa em outra época, cada categoria poderá possuir um conjunto de critérios que os mesmos indicarão serem relevantes segundo a sua área de influência.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira explora brevemente aspectos e características das instituições de ensino superior, modalidade a distância. Na segunda parte o desenvolvimento tem foco em avaliação institucional. E a terceira e última parte se concentra na propositura de análises prévias com os sujeitos de IES a distância, constituída por critérios associativos entre a primeira e a segunda desta pesquisa, isto é, as instituições de ensino a distância e o instrumento da autoavaliação.

Conclusivamente, os procedimentos pretendem trazer à luz o entendimento de um processo emancipado para a formatação da autoavaliação institucional interna de uma IES de EaD fundamentado em elementos de pesquisa referenciada por autores das áreas e a própria experiência do autor.

## 2. As características de uma IES com EaD

No Brasil, o Ensino Superior à distância, suas bases legais são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). Barros (2010, p.2-3) destaca que o Decreto n.º. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 regulamentando o Art. 80 da LDB (Lei n.º. 9.394/96) em seu primeiro artigo, define que a

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Michael Grahame Moore representa o pioneirismo na Educação a Distância (EaD) conforme Grof et al (s/d, p. 3):

É um pioneiro em educação à distância, com mais de 35 anos de experiência no desenho e transmissão de programas via rádio, televisão, teleconferências, videoconferências e a web. É conhecido nos meios acadêmicos pela sua liderança na conceituação e no desenvolvimento da Educação a Distância, atingindo a titulação de Ph.D. Conta na sua bibliografia, a primeira Teoria sobre educação a distância em 1972, denominada Teoria da Distância Transacional e alcançou várias denominações notáveis neste campo. No meio da década de 70 lecionava no primeiro curso sobre esta temática na Universidade de Winconsin e contribuiu para a fundação da Conferência Anual de EAD na mesma.

Para Moore *apud* Grof et al (s/d, p. 3):, “os termos distância, independência e interação são frequentemente utilizados de forma imprecisa, adquirindo uma multiplicidade de sentidos”. Por isso, um programa EaD consistente descreve

(...) em que medida este programa se adéqua às necessidades individuais do aluno. A extensão dessa estrutura é determinada pela natureza dos meios de comunicação utilizados, bem como pela filosofia e características emocionais dos professores, pelas personalidades e outras características dos alunos e pelas restrições impostas pelas instituições educacionais.

Os autores Moore e Kearsley (2007) *apud* Barros (2010, p. 3) agrupam cinco gerações para explicar a evolução da EaD (quadro 1):

Quadro 1. Evolução da EaD

GERAÇÃO	DÉCADA	MÍDIA E CARACTERÍSTICAS	CONTEXTO
1ª	>1880	Ensino por correspondência	Início dos serviços postais e expansão das redes ferroviárias
2ª	>1920	Ensino através de Rádio e televisão	Consolidação do rádio e posterior surgimento da televisão
3ª	>1960	Perspectiva sistêmica (Impresso, correspondência, rádio, TV, áudio tapes, telefone)	Surgimento das universidades abertas
4ª	>1980	Áudio/videoconferência (teleconferência)	Era do satélite de comunicação
5ª	>1990	Computador e Internet	Surgimento da Internet

Fonte: Barros (2010, p. 3). Adaptado de Moore e Kearsley (2007).

Na linha do tempo (quadro 1), estamos na quinta geração da EaD, “tendo com uma de suas principais características as aulas universidades e classes virtuais transmitidas através do computador e da Internet” (Barros, 2010). Dessa forma, as instituições de EaD, sobretudo as de cursos superiores, devem, necessariamente, acompanhar a evolução das tecnologias da comunicação.

Por Tecnologia da Informação e da Comunicação (doravante tratada de TIC) nas instituições de EaD são as técnicas utilizadas no processo de interatividade entre a instituição e os alunos. O material instrucional da UniSEB Interativo (Cunha, 2010, p. 25-39), indica as principais TIC que podem ser utilizadas: **(a) Meios de comunicação de massa** – rádio, televisão; **(b) Tecnologias de Áudio** - Conferências de áudio; **(c) Tecnologias de Vídeo** – DVD, teleconferência via satélite, videoconferência, videoconferências na Internet; **(d) Tecnologias Computacionais** - Correio eletrônico (*e-mail*), bate-papo (*chat*), *World Wide Web* (*www*), ambientes de aprendizagem colaborativa (hipermídia), portais educacionais, Realidade e Ambientes Virtuais; **(e) Elementos de Multimídia e Hipermídia** - aplicativos (*Power point* da Microsoft) podem incorporar recursos que utilizam todos os meios já discutidos, como texto, som e imagem.

As autoras Amém e Nunes (2006, p. 174), destacam que

as TIC podem facilitar o processo interdisciplinar, pois apresentam uma série de vantagens em relação aos métodos convencionais de aprendizagem e facilita a troca imediata de informações, a visualização de subtarefas como parte de tarefas mais globais, a adaptação da informação aos estilos individuais de aprendizagem, o encorajamento à exploração, maior e melhor organização das ideias, maior integração e interação, agilidade na recuperação da informação, maior poder de distribuição e comunicação nos mais variados contextos.

Pelos estudos podemos entender que as IES com EaD possuem características próprias na metodologia de ensino, bem como na utilização de tecnologias avançadas no seu processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, concluímos que a avaliação institucional pode ser desenvolvida e aplicada respeitando essas particularidades. Inclusive, a AI pode ser aplicada explorando as TIC, firmando o conceito da modalidade a distância.

### 3. A autoavaliação institucional participativa

A fim de situar melhor a avaliação educacional, a autora Galdino (s/d, p. 1) esclarece que “pode ser compreendida entre avaliação da aprendizagem e avaliação institucional. A avaliação institucional, objeto do presente estudo, é dividida em avaliação interna e externa”. Ou, ainda, quanto ao processo de avaliação institucional democrática, “Numa proposta de gestão democrática observa-se a construção de um processo de avaliação baseado na participação da comunidade escolar, tendo como objetivo a melhoria da instituição de ensino” (OLIVERA, 2008).

A Lei Federal 10.861 de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. O artigo 1º da lei define que o SINAES tem “[...] o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos

termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”, regulamentado pela Portaria 2.051 de 9 de julho de 2004. A lei cria, também, no artigo 6º “(...) a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES”, responsável direto pela coordenação das avaliações externas, instituídas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, vinculado ao Ministério da Educação, e as avaliações internas das instituições de ensino superior. Por força das avaliações internas, as instituições devem criar a Comissão Própria de Avaliação – CPA, conforme o artigo 11º da mesma lei, “(...) com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”.

Havendo, portanto, a obrigatoriedade legal das avaliações internas, as IES devem criar seus instrumentos próprios em consonância com os parâmetros do INEP. Então, a autoavaliação institucional, é um instrumento obrigatório pela legislação federal do país.

Dada a sua complexidade e, frequentemente, imprecisão e até abstenção dos respondentes, acredita-se que criar um modelo com bases emancipadas para a AI envolvendo os vários sujeitos da IES, os quais se tornam coautores do instrumento, pode contribuir para a sua elaboração e qualidade nos resultados.

Por isso, não só pela tangente da obrigatoriedade legal, mas como um instrumento de verificação de potencialidades e fragilidades de uma instituição, se investigará as bases de uma AI como um instrumento que pode contribuir reparando eventuais ineficiências do sistema de ensino e ou ampliando a qualidade já evidenciada, capacitando-a ainda mais.

Segundo Gadotti (2012, p.1), a Avaliação Institucional:

(...) não mais é vista como um instrumento de controle burocrático e centralização, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração, condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e exigência da democratização.

Ou, ainda, Galdino (2012, p.14) coloca que:

(...) não deve ser considerada como controle institucional, mas como mediadora de um processo de tomada de consciência, individual e coletiva, que leva a instituição a uma autocrítica e (re) define seus caminhos com vistas à (trans) formação e melhora contínua da sua realidade, associada à sua missão.

Dias Sobrinho (2005, p.15) em seu entendimento sobre a complexidade e papel social da avaliação, diz que “toda avaliação opera com valores, nenhuma avaliação é desinteressada e livre de referências valorativas dos distintos grupos sociais”.

No contexto de discutir o envolvimento de sujeitos de áreas pedagógicas e área administrativa da instituição de ensino no processo de elaboração da AI, as autoras Polidori, Fonseca e Larrosa (2007, p. 336-337) confirmam que:

(...) há um elemento essencial e inclusive, balizador desta dinâmica que é a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente informantes ou meros espectadores.

O grau de envolvimento dos seus atores: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, de certa forma, conduzem a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo.

Em conformidade com o pensamento integrado do processo de elaboração de uma AI, Dias Sobrinho (2003) *apud* Polidori, Fonseca e Larrosa (2007, p. 337)

(...) a comunidade acadêmica constituída pelos docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, deve ter uma participação institucional. O envolvimento deve ser tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto também, do levantamento, da organização das informações e dos dados, das pesquisas e das interpretações que dão continuidade ao processo avaliativo.

Lima menciona Bourdieu (2010a, p. 13), sobre espaço social:

o espaço social é um lugar de reflexão no qual está presentes diferentes capitais simbólicos, culturais, sociais e econômicos o que gera relações de poder conflitantes. O exercício da discussão entre posições diferenciadas no mesmo campo é necessário e engendra novos sujeitos e novas práticas. O que possibilita a construção das mudanças pessoais, sociais e profissionais sustentadas nos princípios da emancipação.

Partindo dessas definições, conceitos e reflexões, pode-se inserir o trabalho no pensamento de AI a partir de bases participativas da IES. Neste sentido quando o foco da avaliação institucional globalizada na instituição de ensino é mais do que informativo, tem caráter educativo, se poderá obter um processo avaliativo ampliado destacando o que é preciso ser mudado e/ou fortalecido para o êxito da qualidade da educação superior (POLIDORI, FONSECA e LARROSA, 2007).

Por qualidade de educação há muita subjetividade em sua compreensão, exceto quando podemos estabelecer um padrão e este servir de parâmetros para o caminhar do processo educacional e formação de sujeitos. Medir, dimensionar as variáveis do processo educacional insere a gestão às referências necessárias visando abordagens de correção de rumo e ajustes de conveniência e os minimamente aceitáveis pelos órgãos reguladores. Paraphrasing Cabrito (2009), “não faz sentido falar-se em ‘qualidade’ se não possuímos um conjunto de instrumentos que permita medi-la e, naturalmente, um referente. (...) é, necessariamente, para enveredar num processo comparativo”.

Como vimos, entende-se por AI com caráter participativo a amplitude de envolvimento dos variados atores ligados direta e indiretamente ao contexto pedagógico da instituição de IES. Em uma EaD os polos, extensões primárias ou secundárias da instituição principal, também devem contribuir para este processo.

A autora Elizeth G. S. Lima publicou dois trabalhos de pesquisa em 2010 que tratam da AI, sendo um no formato participativo apresentando os seus entraves e possibilidades no contexto da universidade, tendo como objeto de pesquisa a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, e o outro, tendo como referência a mesma instituição, questionando sobre os significados, sentidos e efeitos das AI instituídos na educação superior. Neste momento, apropriamo-nos dessas duas pesquisas

para reforçar a reflexão da AI e as variáveis observadas pela autora de modo a considerá-las neste estudo. Claro que devemos expurgar quaisquer elementos ou aspectos particulares da instituição utilizada por ela em seu foco, entretanto, entendemos que alguns resultados alcançados podem ser de grande valia a título de exame porquanto propomos este nosso trabalho.

Primeiro, vamos às considerações de Lima (2010b, p.5-12) sobre os entraves e possibilidades concluídos obtidos por ela numa das pesquisas,

(...) como consequência de uma cultura de regulação presente nos espaços da universidade que agem como forças contrárias aos princípios da participação. Esses entraves classificam-se em: políticos, metodológicos, éticos, intersubjetivos e histórico-culturais.

Nos apoiando ainda em Lima, temos **(a) Entraves políticos:** a resistência da própria instituição, o clima da instituição com limitados espaços para a discussão, o poder eminente, a avaliação como obediência ao reconhecimento de cursos e à obrigação legal do SINAES, mormente na práxis das instituições de ensino; **(b) Entraves Metodológicos:** observados na pesquisa com os sujeitos dos grupos focais utilizados no estudo, pontos de resistência entre os resultados e as tomadas de decisão, relatórios encaminhados para autorização, viés de compreensão da avaliação institucional por causa do credenciamento e reconhecimento dos cursos e da universidade, instrumentos de pesquisa complexos, CPA inverte a lógica metodológica da participação, pois encaminha os resultados aos gestores para depois serem repassados à comunidade acadêmica (alunos, professores, coordenadores e funcionários); **(c) Entraves Éticos:** predominância dos princípios de mercado na mentalidade dos sujeitos da academia, individualismo, competição, interesses pessoais ou de grupos e não institucionais; **(d) Entraves intersubjetivos:** os intangíveis, porem notadamente presente entre os sujeitos. Estes entraves estão relacionados aos entraves éticos, uma vez que “As relações entre os sujeitos é consequência da ética que sustenta essas relações”, conflitos nas relações entre os sujeitos, por conseguinte, a não aceitação do outro como alguém que também produz conhecimento, a desconfiança nas relações entre os sujeitos, o medo de punição pós-avaliação, não saber lidar com as críticas, as vaidades individuais, o medo de como os resultados será interpretado pelo outro; **(e) Entraves histórico/culturais:** presença da cultura da regulação na instituição que impedem as práticas emancipatórias, deve-se à construção dos valores na história dos sujeitos na instituição, os mal vistos e equívocos da avaliação como medição, classificação e punição – constatado desde a sala de aula até o nível institucional e de sistema.

De forma resumida, o encaminhamento da autora para as barreiras apontadas em sua pesquisa na universidade são consequências da “cultura escolar” com efeito autoritário do mercado, “(...) e por isso precisa ser fortalecida nos espaços universitários (Lima, 2012a)”.

Continua ressaltando que é preciso compreender tais barreiras e superá-las, “(...) o que não descaracteriza a AI participativa como um dos instrumentos que possibilita mudanças e implementação das tomadas de decisão” (LIMA, 2010a). Conclui que:

As evidências apontam que as tensões são inerentes ao processo de mudanças, no entanto, é necessário buscar o enfretamento dos entraves ao invés do



silenciamento. Nesse sentido, os resultados da avaliação institucional devem ser usados como estratégias de (re)organização de espaços de discussão, que promovam o diálogo, a discussão, a reflexão e as mudanças individuais, coletivas e institucionais. Para isso, é preciso desenvolver o exercício da participação. É necessário tornar a participação uma aprendizagem.

Ainda da experiência da professora Elizeth Lima (2010b), o seu outro estudo e análise na mesma universidade - UNEMAT, “Os processos de avaliação instituídos na Educação Superior e os processos de Tomadas de decisão: significados, sentidos e efeitos”, levanta “questões sobre os processos de avaliação que estão instituídos nas universidades”, trazendo à luz da “reflexão os seus significados, sentidos e efeitos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária”, especialmente em relação à tomadas de decisão da IES.

A metodologia empregada pela autora envolveu os atores da Comissão Própria de Avaliação – CPA, gestores, professores, funcionários e alunos; abordagem quanti-qualitativa com coleta de dados, o questionário, grupo focal e observações; foram 191 sujeitos respondentes do questionário, sendo 149 alunos, 25 professores e 17 funcionários. Após tabulação e análise das informações resultantes da pesquisa, realizaram os encontros com cinco grupos focais, organizados por segmento, com 11 participantes, sendo um de cada curso, gerando cinco grupos focais: dos Professores, Alunos, Funcionários, Gestores (Chefes dos Cursos) e CPA. Os resultados dos grupos focais foram analisados e confrontados com os resultados dos questionários, à luz da teoria crítica.

As considerações da pesquisadora podem ser assim resumidas: **(a)** “A instituição não deve fazer do SINAES um modelo a ser apenas seguido, repetido e colocado em execução sem discussão”, sob pena de o sistema de avaliação tornar-se defasado; **(b)** o processo de avaliação também precisa ser avaliado para garantir o seu aperfeiçoamento e qualidade; **(c)** “A decisão de desencadear processos de avaliação institucional precisa levar em conta os pressupostos do Projeto da Universidade, respeitando sua missão e inserção regional. A partir da construção do projeto da Universidade, que deve ser o parâmetro na avaliação, é possível estabelecer um canal de negociação entre todos os atores envolvidos no processo de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária.

Encerrando, ela propõe questões para o debate: “Enquanto comunidade e instituição universitária, como escolhemos participar e operacionalizar o SINAES? Estamos priorizando na avaliação o viés da regulação e controle ou o da participação?”

Assim, pelas definições, conceitos e posicionamentos de vários autores sobre a avaliação institucional, destacando o modelo participativo e utilizando as experiências da professora Elizeth Lima, podemos concluir que construir um instrumento de AI valoriza os resultados quando vários atores são envolvidos no processo. Além disso, a própria análise da formatação participativa fornece fatores de análise dos resultados de modo a ser muito mais assertiva para a tomada de decisões na instituição.

Concluindo os estudos das duas primeiras partes dessa pesquisa, podem ser considerados alguns fundamentos de uma metodologia para a construção de uma AI.

#### 4. Em busca das bases para a avaliação institucional

Na revisão bibliográfica trouxemos na primeira parte alguns aspectos que caracterizam a EaD, perpassando por pontos relevantes. Em seguida, estudamos várias fundamentações acerca das definições e conceitos de avaliação institucional, concluindo com o formato participativo.

Em face às referidas compreensões, reforça-se o objetivo principal desta pesquisa em propor uma metodologia prescrita que servirá de base para a formação prévia da autoavaliação institucional. A pré-pesquisa antecede a AI definitiva em si. Ou seja, seus resultados fornecerão uma estrutura tal que, de acordo com os critérios esperados pela IES em EaD, gerarão a AI.

Aos primeiros passos no sentido da metodologia aqui proposta, resgatamos os “entraves” citados por Lima (2010b, p.5-12), que trataremos por “barreiras”, para melhor refletir sobre o que se pode prevenir anteriormente à fase preliminar da AI.

Antes, vamos reforçar o conceito da função das AI, onde Dias Sobrinho (2008, p. 77-78) se opõe aos resultados históricos meramente quantitativos para o olhar da melhoria contínua pro futuro:

Os procedimentos avaliativos mais frequentes buscam a objetividade e a facilidade, acreditando que, por exemplo, em desempenho provas/exames, a quantificação da produção científica ou a aplicação de uma fórmula predeterminada, isoladamente, que possam assegurar neutralidade e fidedignidade, além da presunção de que índices e fórmulas estatísticas “são” a qualidade educativa de uma instituição ou programa. Esses requisitos, (...), seriam importantes para eliminar discussões a respeito dos resultados e permitir as comparações objetivas, que constituem as bases dos *rankings* e dos índices de qualidade.

(...)

A avaliação não termina quando estabelece índices e esquemas comparativos. Ela se completa quando cavouca fundo, buscando os sentidos da realidade objetivamente constatada, questiona, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação, estabelece metas e estratégias, investe em programas e projeta futuros desejáveis. A avaliação examina o passado, o realizado, mas o que mais importa é o futuro e o que está por se cumprir.

A CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, estabeleceu três etapas para o processo autoavaliativo, de acordo com o Quadro Síntese das Etapas da Avaliação Interna:

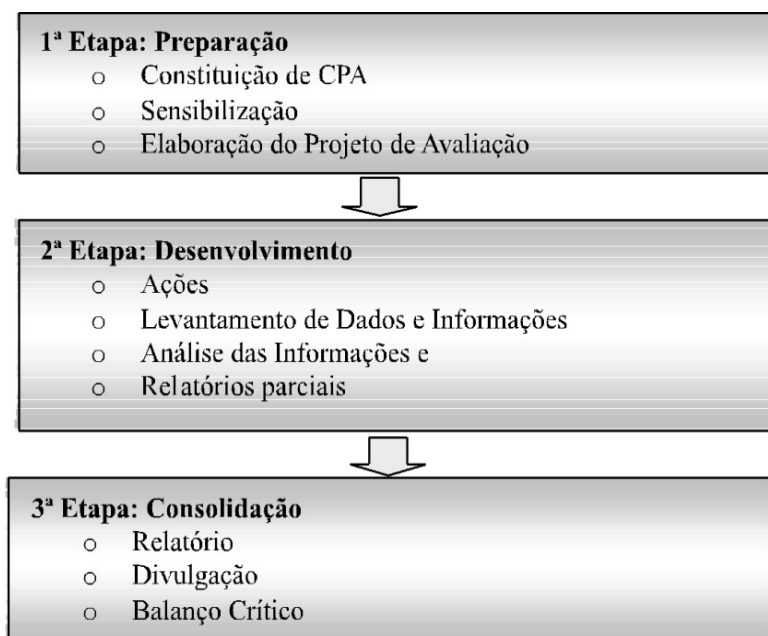


Figura 1. Etapas para o processo autoavaliativo

Fonte: CONAES/Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. INEP, 2004.

O quadro a seguir (2) demonstra as barreiras encontradas e quais as questões sobre cada uma, tendo como objetivo inicial preservar os verdadeiros propósitos de uma AI participativa baseado na autora Lima (2010b, p.5-12):

Quadro 2. As barreiras e as prevenções para uma AI participativa

BARREIRAS	QUESTÕES
(a) Entraves políticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A mantenedora e a direção da IES resistem?</li> <li>✓ O clima interno é favorável às discussões colegiadas?</li> <li>✓ O poder é concentrado?</li> <li>✓ A utilização da AI é para cumprir a obrigação legal imposta pelo poder público?</li> <li>✓ Há a necessidade de poder político junto a alta gestão da IES para se obter infraestrutura e demais recursos ao desenvolvimento da AI?</li> </ul>
(b) Entraves Metodológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os grupos amostrais da AI criam empecilhos à metodologia da AI?</li> <li>✓ Poderá haver resistência entre os resultados e as decisões consequentes e necessárias? Há prováveis restrições?</li> <li>✓ Tanto o processo como os resultados da AI devem ser submetidos a autorização para o desenvolvimento e publicação?</li> <li>✓ Risco de interpretação incorreta dos resultados da AI?</li> <li>✓ Os instrumentos de pesquisa são claros? Autoexplicativo?</li> <li>✓ A CPA tem poder para criar, desenvolver, interpretar e publicar os resultados da AI?</li> </ul>
(c) Entraves Éticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O olhar da IES é mercadológico ou ampliado de acordo com os princípios da formação do indivíduo?</li> <li>✓ Os interesses pessoais, orgulho, vaidade, são mais relevantes que a IES?</li> </ul>

<b>(d) Entraves intersubjetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os resultados da AI geram conflitos interpessoais?</li> <li>✓ A competição entre os indivíduos geradores de conhecimento na IES afloram?</li> <li>✓ Há mutualidade entre os sujeitos ou desconfiança?</li> <li>✓ Há ceticismo quanto aos resultados da AI para não sofrer punições?</li> <li>✓ Os sujeitos internos avaliados sabem lidar com críticas.</li> <li>✓ Insegurança quanto a forma de interpretação que os superiores terão sobre os resultados da A?</li> </ul>
<b>(e) Entraves histórico/culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A IES possui normas de regulação que cerceiam as ações da CPA quanto ao método emancipado de fazer AI?</li> <li>✓ A cultura interna está preparada para o verdadeiro papel da AI na IES?</li> <li>✓ Quanto a AI, a IES se comporta com o paradigma dos índices que geram oportunidades mercadológicas?</li> <li>✓ A cultura da IES está preparada para tratar os resultados da AI como um processo de mudança e/ou melhoria?</li> </ul>

Fonte: Criado pelo autor com base na pesquisa da autora Lima (2010b, p.5-12).

O próximo passo é a definição dos grupos focais de uma IES em EaD para as baseadas AI os mesmos que passarão pela AI (quadro 3). O critério arbitrado pelo autor para a constituição de cada grupo baseia-se em uma das principais instituições de EaD do país, o Centro Universitário UniSEB Interativo, situado em Ribeirão Preto, SP, conforme o ranking da ABE-EAD (*Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância*) publicado no portal UOL Educação (2012).

Quadro 3. Grupos focais e respectivas especificações

UNIDADE	GRUPO FOCAL ESPECIFICAÇÃO	MOTIVAÇÃO
<b>POLO</b>	Coordenador de polo	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ É o gestor do polo.</li> <li>✓ Pode ser funcionário da IES ou da parceira.</li> <li>✓ Coordena todas as atividades administrativas e pedagógicas.</li> </ul>
	Tutor de polo	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ É o interlocutor pedagógico.</li> <li>✓ Intermedia todas as atividades acadêmicas.</li> <li>✓ Relacionamento direto com os alunos.</li> </ul>
	Unidade parceira	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A parceira interage com a unidade mãe representado-a integralmente no polo.</li> </ul>
	Alunos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Principais sujeitos da AI.</li> </ul>
<b>UNISEB INTERATIVO</b>	Pró-Reitor	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Percepções da gestão superior às necessidades de melhoria em processo e na qualidade em foco.</li> </ul>
	Diretoria acadêmica	
	Coordenação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação das necessidades fundamentais aos processos e à qualidade.</li> <li>✓ Identificação de focos de falhas que devem ser questionados para confirmar.</li> <li>✓ Análise do contexto do relacionamento com o aluno.</li> </ul>
	Coordenação de cursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Percepção a partir dos relacionamentos com os alunos e tutores de polo.</li> </ul>

	(todos os superiores)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Percepção de necessidades no processo docente.</li> <li>✓ Elementos necessários ao cumprimento dos objetivos do planejamento de curso.</li> <li>✓ Percepção de falhas nos processos que requerem confirmação dos atores envolvidos.</li> </ul>
	Assessoria de coordenação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Muitas das responsabilidades do coordenador mais a intermediação com os tutores.</li> </ul>
	Tutores	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionamento efetivo com os polos.</li> <li>✓ Ponte pedagógica entre a unidade mãe e os polos.</li> <li>✓ Interatividade com os polos.</li> <li>✓ Acompanhamento de tarefas pedagógicas.</li> </ul>
<b>ADMINISTRATIVO</b>	Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionamento com alunos em assuntos não pedagógicos.</li> </ul>
	Central de Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionamento com os alunos em assuntos de diversas naturezas.</li> </ul>
	Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionamento com os alunos em assuntos de diversas naturezas.</li> </ul>

Fonte: Criado pelo autor.

Encerrando a terceira e última parte do artigo, fortalece-se o formato participativo da AI com Dias Sobrinho (2008, p. 89), estímulo fundamental pretendido à reflexão:

A avaliação participativa é mais propícia às reflexões, ao diálogo e à responsabilidade coletiva; portanto, mais eficaz para a compreensão global de uma instituição e para a melhoria do ensino e da pesquisa. Ela ajuda a criar e promover os espaços públicos dos debates e críticas, que são elementos importantes da dimensão profissional e política dos docentes. A avaliação participativa também contribui para o reforço da autonomia profissional e institucional e do cumprimento das responsabilidades sociais da universidade, especialmente no que se refere ao exercício da crítica e à produção do conhecimento de interesse social.

## 5. Conclusão

Pesquisar sobre avaliação institucional é se projetar à qualidade. É levantar aspectos de destaque positivo da IES, assim como os negativos. É saber lidar com as situações adversas e planejar as correções e os novos rumos.

A autoavaliação institucional retrata o passado, a realidade dos fatos que se foram, mas que devem merecer a seriedade inerente, a humildade e a vontade de corrigir.

O foco de AI neste artigo voltou-se às IES em EaD, as quais possuem características particulares que exigem a apropriação devida do instrumento ao seu formato. Mas, nada dista do conceito preconizado no trabalho. Isto é, aprimoramento da visão e ação sobre a gestão acadêmica, melhoria de processos pedagógicos, estreitamento de relações com os alunos, por meio de métodos que criam bases e procedimentos para a avaliação participativa, democrática e emancipada. Neste sentido, Galdino (2012, p. 13) revitaliza esta posição quando recomenda que para que o “diagnóstico seja realizado de forma ética e transparente é necessário o comprometimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica (...)”.

Dessa forma, buscou-se elaborar um conjunto de critérios prévios que parametrizam a iniciação à AI oficial de uma IES em EaD. Especificamente, cumpriu-se a proposta de uma metodologia genérica, apropriada à inicialização da autoavaliação, seguindo as etapas oficiais do SINAES, tratando-as de uma forma ampliada e discutida entre os grupos focais de opinião a respeito do estabelecimento da AI.

À indagação de que se pode obter acurácia nos resultados da autoavaliação, ficou demonstrado positivamente pelas experiências de inúmeros pesquisadores do tema. A perspectiva do formato participativo é mais contributiva e infere discussões e cooperação dos vários grupos de sujeitos.

Para finalizar, a autoavaliação institucional não pode ser tratada como obediência legal, tampouco como obrigação legal. Às CPA, conclusivamente, a contribuição é de que este instrumento com a metodologia preliminar de desenvolvimento da AI agregue eficiência, eficácia, efetividade e qualidade nos processos de gestão acadêmica ao assumir a mentalidade de valores resultantes identificados por meio da discussão, olhares por ângulos diferentes, enfrentando barreiras e adversidades culturais internas. Estando os diferentes grupos ligados direta ou indiretamente ao processo proposto tornam-se cúmplices dos resultados e dos compromissos futuros.

## 6. Referências

AMEM, Bernadete M. V.; NUNES, Lena Cardoso. Tecnologias de Informação e Comunicação: **Contribuições para o Processo Interdisciplinar no Ensino Superior**. In: Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, vol.30 n.3, 2006.

BARROS, Monalisa Alves. **Ferramentas interativas na educação a distância: benefícios alcançados a partir da sua utilização**. In: Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas – V EPEAL, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL, 2010. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FERRAMENTAS-INTERATIVAS-NA-EDUCACAO-A-DISTANCIA-BENEFICIOS-ALCANCADOS-A-PARTIR-DA-SUA-UTILIZACAO.pdf>  
Acessado em 11 de junho de 2012.

BRASIL. **Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação a distância**. Brasília: MEC LEGIS, 2007. Disponível em: em: <http://meclegis.mec.gov.br/index/busca/page/1/pesquisa/educa%C3%A7%C3%A3o+a+dist%C3%A2ncia> Acessado em 11 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Legislação e Normas da Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2010. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao\\_institucional-legislacao](http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao) Acessado em: 11 de junho de 2012.

CABRITO, Belmiro Gil. **Avaliar a qualidade em educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?** In: Caderno CEDES – Gestão Institucional e Qualidade Social da Educação. Campinas, SP, vol. 29, n. 78, 2009, p. 178-200.

CUNHA, Djenane Sichieri Wagner. **Educação: Ensino Aprendizagem e as novas TIC**. In: Livro Digital da UniSEB Interativo, unidade 2 – Pós-graduação em Educação a Distância. Ribeirão Preto, SP, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação**. In: Educação superior em debate. Avaliação participativa: perspectivas e desafios. Dilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior. (Org.). Brasília: Coleção Educação Superior em Debate - INEP, v. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos**. In: EccoS revista científica. São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho, vol. 10, n. especial, julho, 2008, p. 67-93.

EDUCAÇÃO, UOL. **EaD – Ensino a distância**. Confira o ranking das faculdades particulares que oferecem cursos a distância. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/06/05/confira-o-ranking-das-faculdades-particulares-que-oferecem-cursos-a-distancia.htm> Acessado em: 11 de junho de 2012.

GADOTTI, Moacir. **Avaliação Institucional – Necessidade e condições para a sua realização**. Disponível em: [http://www.drb-assessoria.com.br/Avali\\_Institucional.pdf](http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf) Acessado em: 18 de maio de 2012.

GALDINO, Mary Neuza Dias. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão**. Disponível em: [http://www.unigranrio.br/unidades\\_adm/cpa/downloads/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf](http://www.unigranrio.br/unidades_adm/cpa/downloads/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf). Acessado em 18 de maio de 2012.

GROF, Luciana *et al.* **A Teoria da distância transaccional – Michael Moore**. Universidade Aberta em qualquer lugar do mundo. Disponível em:

[http://grupomoore.wikispaces.com/file/view/Trabalho\\_Final\\_Moore.pdf](http://grupomoore.wikispaces.com/file/view/Trabalho_Final_Moore.pdf) Acessado em 09 de junho de 2012.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação institucional participativa:** entraves e possibilidades no contexto da universidade. 33ª Reunião Anual da ANPED. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010a. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6597--Int.pdf> Acessado em: 09 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Os processos de avaliação instituídos na Educação Superior e os processos de Tomadas de decisão:** significados, sentidos e efeitos. In: Revista de Educação Pública, UFMT, Cuiabá, MT, vol. 19, n. 40, 2010b, p. 345-354.

MOORE, Michael Grahame. Educação a distância: uma visão integrada. In: Universidade aberta em qualquer lugar do mundo. A teoria da distância transaccional – Michael Moore. Disponível em: [http://grupomoore.wikispaces.com/file/view/Trabalho\\_Final\\_Moore.pdf](http://grupomoore.wikispaces.com/file/view/Trabalho_Final_Moore.pdf) Acessado em 11 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Paula Patrícia Santos. **Avaliação Institucional:** Avanços na melhoria da qualidade do ensino. Disponível em:

<http://www.webartigos.com/artigos/avaliacao-institucional-avancos-na-melhoria-da-qualidade-do-ensino/8332/> Acessado em: 09 de junho de 2012.

POLIDORI, M. M.; FONSECA, D. G.; LARROSA, S. F. T. Avaliação Institucional Participativa. In: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior – RAES, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 2, p. 333-348, junho 2007.

SORDI, Mara Regina Lemes de. **Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo.** In: Avaliação: políticas e práticas. Benigna Maria de Freitas Villas Boas (Org.). Campinas, SP: Papyrus, 2002. p. 65-81.